



Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico. ISSN: 2446-6778  
Nº 4, volume 5, artigo nº 08, Julho/Dezembro 2019  
D.O.I: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v5n4a8>  
Edição Especial

## **A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SEUS REBATIMENTOS NA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL**

### **TÍTULO DO ARTIGO**

**Warllon de Souza Barcellos<sup>1</sup>**

Doutorando em Sociologia Política – UENF

**Gleyce Kelly Barreto de Azevedo<sup>2</sup>**

Discente do Curso de Serviço Social – Faculdade Redentor

#### **Resumo**

Este trabalho busca refletir sobre como o capitalismo invade todo convívio social dos indivíduos, disseminando suas ideologias, responsabilizando e manipulando os trabalhadores em seu benefício. A análise da crise é fundamental porque é através dela que o capital buscando recompor os níveis de produtividade vem eliminando todas as conquistas e ganhos sociais. Assim, apesar de ser considerada um dos maiores avanços reconhecida na CF 88, a saúde pública vem sofrendo sérios ataques que impossibilitam de fato efetivá-la. Essa realidade tem produzido diversos desafios, que vão desde perspectivas para a garantia ao acesso, até os debates que giram em torno do seu financiamento. O presente estudo tem por norte, como a crise do capitalismo contemporâneo e suas medidas de reestruturação afetam o SUS; Este trabalho é feito a luz do materialismo histórico-dialético, buscando desvelar a essência do fenômeno para além de sua aparência, para de fato situá-lo na complexa realidade no qual está inserida. Com isso, esse trabalho justifica-se através do entendimento que estamos diante de um cenário de grande modificação na Seguridade Social Brasileira, em destaque o SUS, que depois de seus 30 anos de existência, apesar de uma série de avanços, vem sendo constantemente atacado, sendo importante a apropriação de um debate crítico. É assim, que o capitalismo tem destrocado a vida da classe trabalhadora retirando todas as conquistas sociais adquiridas, através da implantação de uma cultura de crise, onde todos devem aceitar as mudanças necessárias a favor do grande capital em desfavor de um futuro melhor para todos.

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Serviço Social da Faculdade Redentor – Campos dos Goytacazes/RJ, e-mail: [warllon\\_barcellos@hotmail.com](mailto:warllon_barcellos@hotmail.com)

<sup>2</sup> Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Redentor – Campos dos Goytacazes/RJ, e-mail: [cikelly@hotmail.com](mailto:cikelly@hotmail.com)

**Palavras-chave:****Abstract**

This work seeks to reflect on how capitalism invades every social life of individuals, disseminating their ideologies, making responsible and manipulating the workers to their benefit. The analysis of the crisis is fundamental because it is through it that the capital seeking to recompose the levels of productivity has eliminated all the gains and social gains. Thus, despite being considered one of the major advances recognized in CF 88, public health has been suffering serious attacks that in fact make it impossible to enforce it. This reality has produced several challenges, ranging from perspectives for guaranteeing access, to the debates that revolve around its financing. The present study has as the north, as the crisis of contemporary capitalism and its restructuring measures affect the SUS; This work is made in the light of historical-dialectical materialism, seeking to unveil the essence of the phenomenon beyond its appearance, to actually situate it in the complex reality in which it is inserted. With this, this work is justified through the understanding that we are facing a scenario of great change in Brazilian Social Security, in particular the SUS, which after 30 years of existence, despite a series of advances, has been constantly attacked, being important the appropriation of a critical debate. It is thus that capitalism has shattered the life of the working class by withdrawing all acquired social achievements through the implantation of a culture of crisis, where everyone must accept the necessary changes in favor of big capital in the face of a better future for all.

**Keywords:****INTRODUÇÃO**

Cada crise financeira do capitalismo que se manifesta desde meados da década de 70 expõe a tendência que o modo de reprodução capitalista tem de se reinventar. Na verdade, conforme vários autores sinalizam essa crise é na verdade inerente ao capitalismo e busca através da intensificação e da precarização do trabalho extrair as mais altas taxas de mais-valia. Deste modo, o capitalismo invade todo convívio social disseminando suas ideologias, responsabilizando e manipulando os trabalhadores em seu benefício. Na medida em que não veem outra saída diante da total desesperança, os trabalhadores se enfraquecem e abrem espaço para as medidas devastadoras do capital.

A análise da crise é fundamental porque é através dela que o capital visando recompor os níveis de produtividade vem eliminando todas as conquistas e ganhos sociais. A falência do modo de produção fordista/taylorista, bem como a crise do Estado de Bem-Estar social somada a queda do bloco soviético, inaugurou uma fase de crise estrutural de alcance global, incidindo tanto a estrutura capitalista como todo o conjunto dos complexos sociais.

É importante lembrar que todo esse contexto é resultado também de uma série de mudanças nas relações econômicas que estavam ocorrendo no cenário mundial, logo os países economicamente dependentes como o Brasil são os primeiros a sentirem os seus impactos.

Desde 2014 quando a crise se agravou no Brasil com a queda da arrecadação das esferas governamentais e o aumento do desemprego, o governo federal tem adotado uma série de medidas de ajuste fiscal resultando na redução dos gastos em diversas áreas, inclusive na saúde pública. Assim, apesar de ser considerada um dos maiores avanços reconhecida na Constituição Federal de 1988, percebe-se que cada dia mais a saúde vem sofrendo sérios ataques que impossibilitam efetivá-la.

Essa realidade tem produzido diversos entraves para a efetivação do SUS. Desafios que vão desde perspectivas para a garantia ao acesso, até os debates que giram em torno do seu financiamento.

Este trabalho justifica-se através do entendimento que estamos diante de um cenário de grande modificação na Seguridade Social Brasileira, em destaque no SUS. Em seus 30 anos de existência o SUS obteve uma série de avanços, no entanto o SUS idealizado deste o princípio está bem longe de ser alcançado.

Os ajustes neoliberais põe em xeque não só o acesso dos cidadãos rompendo com tudo aquilo que foi assegurado na Constituição Federal de 1988, mas afeta a precarização e o sucateamento da máquina pública, as dificuldades encontradas para a efetivação do SUS compromete e impacta todos os que necessitam desta política pública.

Em tempos tão frágeis da nossa história onde esses debates se fazem tão presente é dever de todos lutar para que o SUS, um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo não seja enfraquecido.

## **A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Ao longo dos anos os países capitalistas tem passado por inúmeras transformações caracterizadas como parte de sua própria dinâmica. Como solução, o neoliberalismo tem sido implementado com uma série de mudanças no mundo do trabalho idealizadas a partir de interesses exclusivamente econômicos.

Partindo do entendimento que a crise instaurada na economia brasileira está intimamente conectada a dinâmica internacional, este capítulo objetiva apontar algumas das fases em que o capitalismo entra em crise, bem como apontar como essas “crises” tem sido funcionais ao modo de produção capitalista sob a hegemonia do mercado internacional.

Durante muito tempo a burguesia tem-se valido de uma cultura de crise como forma de desarticular os movimentos dos trabalhadores e aumentarem seus lucros. Deste modo, a crise tem funcionado como uma engrenagem a favor do grande capital, utilizada como forma de reduzir custos e incidindo diretamente sobre todas as conquistas sociais adquiridas, levando a sociedade a barbárie.

Por isso para compreendermos a crise contemporânea é de suma importância desvelar de forma crítica toda essa dinâmica.

Diferente dos anos anteriores onde o capitalismo vivenciou longos ciclos de expansão econômica, desde fim dos anos de 1960 e início dos 1970 estamos diante de um período denominado por Mészáros como “depressed continuum que exibe as características de uma crise estrutural.” Trata-se de uma fase de frequentes e contínuas depressão, sem intervalos cíclicos de expansão e recessão. Além disso, essa crise afeta toda as formas possíveis do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.12).

No Final da II Guerra Mundial a economia viveu um longo período de crescimento sob a hegemonia dos EUA, no entanto, no início dos anos 70 esse crescimento econômico começa a apresentar declínios, dando início a uma longa fase de recessão. Na verdade, desde o final da década de 60, a economia americana já vinha perdendo sua hegemonia devido os altos gastos com armamento na Guerra do Vietnã, enquanto o Japão e Alemanha vinham cada vez mais ganhando força. Portanto, era um momento em que estavam ocorrendo grandes alterações no cenário das relações econômicas internacionais, marcado por um grande déficit orçamentário da economia americana (MOTA, 1995).

Segundo Mészáros (2011) Existem várias discussões que dizem respeito ao endividamento dos países latino-americanos e suas implicações para o sistema financeiro mundial. Afinal seria ilusório a dedução que os demais países não sofreriam tais impactos. No entanto, a crise econômica iniciada nos anos 70 e que se acentua nos anos 80 é problematizada nos discursos oficiais a partir de fatores externos, a exemplo da crise do Petróleo, a luta dos trabalhadores, as lutas sindicais, entre outros. Nesse contexto, onde as bases da crise já era visível, “o aumento dos preços do petróleo foi apenas um catalisador do ciclo recessivo que se instalou entre 1974-75” (MOTA, 1995, p.53).

Tendo tais fatores como ponto de partida para a crise econômica mundial do capitalismo, Montano & Duriguetto (2011) analisam que foi a partir deste contexto onde os exportadores do petróleo aumentaram significativamente o preço do produto e a superprodução não teve o retorno suficiente em vendas incidindo na taxa de lucro, que pode-se dizer que a crise do Petróleo abriu espaço para uma profunda reestruturação

sistêmica no mercado de produção capitalista. “Assim sendo, a realidade da crise não se mostrou tão pontual, localizada num fator ou num conjunto de fatores”. Foi todo um contexto de grandes mudanças que juntos vieram a culminar nesta crise (MOTA, 1995, p.50).

Para Behring (2009), esta crise faz parte do desenvolvimento do capitalismo a longo prazo, uma vez que os elementos recessivos dessa crise já vinham dando sinais antes mesmo do aumento do petróleo com as contrações do volume de exportações. Ou seja, já existia antes da crise do petróleo indicadores de que a longo prazo o capitalismo entraria na crise da superacumulação, no entanto, com o aumento nos “xeiques do petróleo”, essa crise só se agravou.

As alternativas político-econômicas defendidas para superação da crise foi a reanimação monetária através dos recursos do Estado, conhecida como técnica keynesiana. Esta técnica é utilizada para conter no imediato a profundidade da recessão, mas é certo que não resolve os problemas, visto que sua consequência é a aceleração da inflação. Num primeiro momento ela até detém a crise, mas acaba aumentando o déficit dos países imperialistas. Ainda nessa linha de raciocínio, “a aceleração da inflação tende a gerar, a médio prazo, tensões internas com os trabalhadores, em decorrência da perda do poder aquisitivo do salário e, assim, da demanda de bens de consumo” (BEHRING, 2009, p.150).

Logo, a reanimação monetária proporcionou suas vantagens devido ao crescimento econômico, tanto para o capital como para o trabalho, mas logo deparou-se com seus limites quando não mais dispunha de meios para sua expansão. Portanto, podemos até dizer que graças à intervenção do Estado na economia proporcionou a implementação do Estado de Bem Estar-Social nos países centrais, sendo reconhecido pelas melhorias no padrão de vida dos trabalhadores, o convívio democrático entre as classes e o aumento nas taxas de crescimento econômico. No entanto, tais medidas só evitaram por certo tempo, a tendência permanente do capitalismo a crises (PANIAGO, 2007).

Então, embora tivesse obtido algum sucesso, a curto prazo as práticas anticrises trouxeram junto uma enorme onda de desemprego, devido seu caráter inflacionário. Como consequência houve uma forte pressão do capital pela contenção dos gastos públicos. Logo, para atrair o excedente mundial os Estados nacionais começaram a abrir suas fronteiras para o capital especulativo. Além disso, houve também uma ruptura com a postura protecionista do Estado levando os princípios keynesianos fundantes do Welfare State<sup>3</sup> à crise (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

---

<sup>3</sup> O Welfare State ou Estado de Bem –Estar Social como ficou conhecido, diz respeito a um conjunto de políticas de proteção social assumidas pelo Estado visando promover a proteção social e

As recentes tentativas de conter os sintomas os sintomas da crise que se intensificam pela nacionalização camuflada de forma cínica – de grandezas astronômicas da bancarrota capitalista, por meio de recursos do Estado ainda a serem inventados, só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista (MÉSZAROS, 2011, p.29).

Segundo Behring (2009) foi um momento de acirramento entre os capitalistas, favorecendo os grandes monopólios. O capital acumulado passou a não ser reinvestido, ficando na esfera da especulação. A financeirização passa a constituir uma nova fonte de riqueza para os capitalistas rentistas, onde não se investe na produção e se lucra através dos juros. Trata-se portanto de um contexto de mundialização da economia, onde o capital sob a hegemonia financeira promove a desregulação da economia promovendo condições favoráveis para sua acumulação (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

Esse redimensionamento na esfera financeira sobrepõe à lógica produtiva a favor dos bancos e instituições financeiras nacionais e internacionais. Tal atuação impõe uma nova dinâmica ao mercado, devido o desenvolvimento das telecomunicações e a facilidade das transações financeiras, permitindo através das redes informatizadas o acesso a todas as informações sobre o mercado financeiro mundial. Além disso, há uma redefinição das relações de poder entre blocos e nações, bem como nos países centrais e periféricos, que impõe uma nova forma de intervenção por parte dos Estados Nacionais. Ou seja, “Está em gestação um poder global” (DRUCK, 1996, p.25).

Por certo, os países capitalistas ocidentais – em parte devido as contradições internas de suas próprias economias e em parte devido à sua forte dependência dos mercados financeiros e de bens norte-americanos – continuarão a participar com seus recursos financeiros na salvaguarda da relativa estabilidade da economia dos Estados Unidos e, por tanto, do sistema global. Pois o domínio aventureiro do capital financeiro em geral é muito mais a manifestação do que a causa de crises econômicas de raízes profundas, ainda que, por sua vez, também contribua fortemente para seu subsequente agravamento (MÉSZAROS, 2011, p.29).

Alves (2011) denominará a fase da financeirização da riqueza capitalista como a fase do “capitalismo global”. É o capitalismo da especulação e da instabilidade. É o capitalismo flexível, que incorpora o toyotismo<sup>4</sup> para difundir o novo e precário mundo do trabalho, adequando a dinâmica crítica da acumulação de valor no plano mundial.

---

organizar a economia. Para ser lucrativa a produção necessitava de uma demanda estável, com políticas públicas que proporcionassem o crescimento tanto da produção como do consumo, como foi a garantia do pleno emprego. Somava-se a isso, o complemento salarial através de políticas públicas de saúde, habitação, educação e o sistema de previdência, que permitia que os trabalhadores consumissem até quando doentes, aposentados ou até mesmo desempregados. (MERLO & LAPIS, 2007)

<sup>4</sup> A partir dos anos 70, o modelo de gestão japonês começou a ser difundido em vários países como

O capitalismo global é o capitalismo do neoliberalismo e da vigência hegemônica do mercado, cujas crises sistêmicas recorrentes criaram condições históricas para o surgimento, nos elos mais fracos do imperialismo na América Latina, experiências pós-neoliberais contra-hegemônicas (Venezuela, Bolívia e Equador). Enfim, o capitalismo global é o capitalismo do sociometabolismo da barbárie e das novas formas de irracionalismo e estranhamento social (ALVES, 2011, p.12).

Com a “queda do Muro de Berlim”<sup>5</sup> a partir de 1989, vivencia-se a crise do socialismo real. Onde devido à ausência de uma socialização do poder político e econômico junto a crise do Welfare State, o capitalismo vai eliminando as garantias e direitos sociais, que irá abalar com as bases de esquerdas, contribuindo fortemente para o fortalecimento do projeto neoliberal (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

Este contexto, não se refere apenas a uma polarização inerente à crise estrutural do capitalismo, mas multiplica os riscos de explosão de uma série de fatores na perpetuação da sociedade de mercado. Na medida em que os sintomas desta crise se multiplicam sua severidade é agravada, se aproximando de certos limites estruturais a caminho de um colapso (MÉSZÁROS, 2011).

Foi o momento propício em que o capital encontrou a possibilidade de manter sua lógica reprodutiva, retirando de um lado os ganhos e conquistas sociais para recompor os níveis de produtividade, enquanto atenua a resistência dos trabalhadores para sua crescente exploração. Assim, os trabalhadores perdem os espaços de negociações e perdem também as políticas sociais conquistadas nos momentos de expansão do capital, “diante das necessidades de autoreprodução do capital e da preservação do sistema global” (PANIAGO, 2007, p.7).

Montaño & Durigueto explicam ainda, que a derrocada do bloco soviético possibilitou a “mundialização do capital”, absolvendo todos os países do mercado capitalista e desarticulando os partidos comunistas e os movimentos sociais, incidindo diretamente sobre

---

uma alternativa para os problemas do capitalismo ocidental. Seus métodos consistiam no padrão de eficiência, mesmo diante as oscilações do mercado e as demandas restritas. O diferencial deste método diz a respeito as adaptações ao produção fordista, onde na época o Japão que teve sua demanda reduzida e diversificada no caso dos automóveis, precisou adequar a produção ao consumo. Deste modo, nasceu o toyotismo, devido ser a Toyota a empresa responsável por implementá-lo.

Vale ressaltar que para atender a este novo modelo exigiu-se um trabalhador mais qualificado, mais escolarizado, polivalente, capaz de se relacionar bem com os demais empregados, motivado, que fosse engajado com os propósitos da empresa. Tudo isso buscando reduzir os custos e elevar a produtividade com um controle preciso de qualidade. (MERLO & LAPIS, 2015)

<sup>5</sup> A queda do Muro de Berlim simbolizou a desintegração entre o império soviético e da derrocada das economias centralizadas, acarretando um descrédito no socialismo. Desde então, grande parte dos partidos e movimentos de esquerda admitiram que este modelo soviético de gerir a sociedade e a economia havia se esgotado e tem desenvolvido economias de mercado sob os moldes capitalistas (RIDENTE, 2010).

as lutas contra todas as formas de exploração e dominação. Foi um período de grande ofensiva contra os assalariados, que devido o desemprego, a burocracia e a campanha ideológica da burguesia, mantiveram suas atividades do movimento operário na defensiva.

Para Druck (1996) esta crise não se trata do esgotamento de um sistema social ou político, mas sim de toda uma sociedade capitalista em sua globalidade, uma vez que atinge toda a sociedade em diversas formas de organização. Neste momento, não se pensou em como cada classe social seria impactada de forma diferente, exigindo como forma de superação consensos de classe. Foi assim diante do tratamento indiferenciado da crise que levou a fragmentação dos projetos de classes para o enfrentamento da crise (MOTA, 2015).

Foi bastante dramática a mudança que solapou o poder da política de consenso, da limitada institucionalização e integração do protesto social, da expressão, da exportação fácil da violência interna, por meio de sua transferência ao plano dos conflitos internacionais mistificantes, etc. No entanto, há muito pouco, o crescimento sem barreiras e a multiplicação do poder do capital, a irresistível extensão de seu domínio a todos os aspectos da vida humana eram fatos proclamados com toda segurança e amplamente aceitos (MÉSZÁROS, 2018, p.48).

Observa-se que existe um consenso entre diversos teóricos que abordam o tema, quanto ao surgimento da crise contemporânea do capitalismo. Tal crise tem sido relacionada ao fracasso do Welfare State no período pós II Guerra, entretando, sendo mais observável a partir de 1970. Somado a isto, com desdobramento distintos, a crise caracterizou o fim do socialismo real, tornando-se uma manifestação da crise global ao final do século XX. Na verdade, as crises enfrentadas nas últimas décadas estão associadas a uma crise estrutural do capitalismo, manifestadas a partir do seu impacto global (PANIAGO, 2007).

Historicamente, é sabido que as lutas dos trabalhadores é formadora de uma direção política de classe hegemônica, portanto, não seria nenhuma surpresa que frente a tantas conquistas a burguesia buscaria formas de atacar todo esse processo. É dessa maneira, que a burguesia absorve as lutas dos trabalhadores, através da construção de uma cultura de crise onde todos devem abrir mão do seu bem-estar em nome de uma luta maior. “Trata-se de inflexionar o objeto da resistência – os impactos da crise sobre os trabalhadores- num objeto de adesão e consentimento” (MOTA, 2015, p.64).

A crise estrutural que enfrentamos é estrutural porque atinge a todas as esferas e setores da atividade produtiva e reprodutiva do sistema do capital global.” Ora, os mesmos ajustes implementados como soluções outrora, já não produzem os mesmos resultados e eficiência. As próprias contradições inerentes a sua reprodução tem impossibilitado a sua expansão e gerado sua instabilidade. É assim que a crise tem abalado toda concepção de ampliação da esfera pública e a possibilidade de controle social sobre o fundo público a

favor dos trabalhadores, levando os mesmos, a absorverem as metas delineadas pelo próprio capital global em nome do enfrentamento a crise (PANIAGO, 2007, p.7).

## **O NEOLIBERALISMO COMO RESPOSTA À CRISE DO CAPITAL E A QUESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL**

De acordo com Mota (2015) Num contexto de crise a fim de estabelecer um novo equilíbrio faz-se necessário a reorganização das forças produtivas, tanto na esfera da produção como nas relações sociais, denominada reestruturação produtiva. Essa reorganização pode ser analisada a partir de dois movimentos: O primeiro tem seu “locus” na reestruturação produtiva e na reordenação geoeconômica das fases do ciclo da mercadoria, necessários à recomposição do processo global de acumulação, com intervenções tanto no âmbito do reordenamento do quadro hierárquico das nações, como no mundo do trabalho. O segundo movimento refere-se aos mecanismos sociopolíticos e institucionais, indispensável na manutenção do processo de reprodução social, incidindo diretamente na luta de classes e controle social e político. No entanto, esse movimento se deu de formas diferentes devido as particularidades econômicas, sociais e políticas de cada país.

“A reestruturação produtiva iniciada nos anos 70 nos países centrais é uma resposta a um determinado padrão de desenvolvimento capitalista que entrou em crise: o fordismo”. Para o autor, trata-se de uma redefinição da hegemonia econômica dos Estados Unidos sobre o Japão e Alemanha, redefinindo também o quadro político internacional, devido à crise do socialismo (DRUCK, 1996, p.27).

Por isso as principais referências da reestruturação produtiva foi o Japão e a Alemanha, promovendo mudanças significativas na divisão internacional do trabalho. O Japão implementou uma estratégia de transformação tecnológica, com foco na eletrônica e nas novas técnicas de informação e controle do aparelho produtivo, resultando no aumento de produtividade, a criação de novos produtos e consumo em massa, resistindo a instabilidade do dólar e do mercado. Já a Alemanha baseou-se na concorrência intercapitalista e assumiu o comando do mercado europeu, o que proporcionou o enfrentamento positivo a instabilidade do dólar. Mas, embora os Estados Unidos tenha perdido sua posição na reestruturação industrial, não perderam a sua condição de potência (MOTA, 2015).

Concomitante a reestruturação, o neoliberalismo foi caracterizado como a nova estratégia exigida no contexto da terceira revolução industrial, devido a necessidade de recuperação dos lucros. As práticas neoliberais propõe um “enxugamento” *da firma*,

aderindo a subcontratação e terceirização do trabalho, desregulamentando as relações de trabalho e criando uma tendência decrescente do salário com a perda do poder sindical (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

Mas embora o neoliberalismo comece a conquistar a hegemonia no contexto da crise do fordismo, não se pode confundir-lo com a reestruturação produtiva. Tratando-se este, de um projeto político e econômico no plano ideológico para a consolidação da reestruturação produtiva. Seus principais fundamentos são: o livre mercado, a afirmação da desigualdade como meio de garantir a liberdade e a concorrência, e a naturalização do capitalismo (DRUCK, 1996).

Do ponto de vista econômico, a crise dos anos 80 caracteriza-se como a crise da superprodução, já do ponto de vista político, ela apresenta-se como uma crise orgânica, visto que na medida em que ocorre o esgarçamento das ideologias, possibilitam operar sobre as formas de superação da crise. Somado a um conjunto de fatores que remetem ao cenário das relações internacionais, como as medidas de ajustes, o reordenamento das relações entre os países centrais e periféricos, a globalização dos ciclos das mercadorias, a regulação estatal, a divisão internacional do trabalho e os processos sociopolíticos e culturais que afetam na correlação de forças entre as classes e os projetos sociais (MOTA, 2015).

Neste contexto, o trabalhador fordista<sup>6</sup> é substituído pelo trabalhador polivalente, engajado e estimulado a intensificar o seu trabalho, o chamado “colaborador”. Além disso, é característico deste período a ausência de legislações trabalhistas e lutas sindicais. O Estado entrega ao empregador a responsabilidade de comandar os “acordos” nas empresas e abre mão do seu papel de regulador.

Essa “reforma” do Estado tem mostrado seu caráter político, econômico e ideológico, que articulada a reestruturação produtiva, visa romper com o “Estado de Bem Estar Social” e as conquistas sociais adquiridas. Os impactos dessas transformações destroçam a vida dos trabalhadores, causando um enorme desemprego estrutural. Os trabalhadores são substituídos por máquinas automatizadas e as empresas se veem livres de suas obrigações

---

<sup>6</sup> O fordismo caracterizou-se como pela produção e consumo em massa. Ford criou a esteira rolante na linha de montagem, reduzindo o transporte entre as operações e aumentando significativamente a produtividade. Os postos de trabalho tiveram suas operações fragmentadas e acopladas à esteira rolante, garantindo o fluxo contínuo das peças. Assim, como consequência da diminuição no tempo de produção e aumento da produção, reduzia-se também o valor da mercadoria. Além disso, “O modelo fordista está estreitamente ligado ao modo norte-americano de trabalhar e viver, aos aumentos salariais para estimular o consumo e, de certa forma, convencer o trabalhador a submeter-se ao ritmo acelerado de trabalho [...]” (MERLO & LAPIS, 2015, p. 65).

trabalhistas, flexibilizam os trabalhadores e produzem uma força de trabalho excedente (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

No entanto, a tendência da “modernização” capitalista e a substituição de uma grande quantidade de trabalho não qualificado, por uma quantidade bem menor de trabalhadores qualificados, implicavam a reversão da própria tendência, ou seja, o desemprego maciço. Na euforia provocada pela “expansão”, todo tipo de miséria e sacrifícios associada ao desemprego era “capitalisticamente justificada em nome de um brilhante futuro de consumo para todos” (MÉSZÁROS, 2018, p.68).

Mota (2015) pontua que a reestruturação produtiva trata-se de “apenas uma expressão particular de um movimento geral e não a determinação que funda uma determinada ordem”. O processo de reestruturação deve ser entendido a partir de uma conjuntura específica: As iniciativas dos países centrais quanto ao esgotamento do fordismo sob a hegemonia norte-americana, a exemplo da política do fortalecimento do dólar e a crise do petróleo, com o aumento da matéria-prima (MOTA, 2015, p.67).

Na esfera da produção, tais medidas visam a elevação do lucro através de mudanças dos padrões tecnológicos, tanto com o aumento da produção, como superando os obstáculos sócio-políticos que interferem na produtividade. Além disso, as medidas também refletem na esfera da circulação, devido a criação de novas possibilidades, como novos nichos de mercado (MOTA, 2015).

Na indústria há uma reorganização dos diversos setores com investimentos de tecnologia de ponta, ocorre a conversão de vários setores em setores dinâmicos levando a declínio os setores tradicionais como siderurgia e têxteis, e privatizam-se vários setores. No plano geral são introduzidos novos padrões de produção, mudando as formas de gerir e organizar o trabalho baseado na generalização do Modelo Japonês (DRUCK, 1996).

O neoliberalismo ganhou hegemonia mundialmente ao redefinir as relações econômicas entre os países centrais e periféricos, através do Consenso de Washington<sup>7</sup>. Em certo sentido, esse projeto neoliberal, tem se mostrado para além de um programa de ajuste econômico. A desregulamentação dos mercados, a redução do Estado, a privatização do setor público e a abertura comercial e financeira, demonstra que este projeto vem sendo

---

<sup>7</sup> A fim de orientar todo esse processo e avaliar as reformas econômicas da América Latina, em 1989 foi realizada uma reunião junto aos organismos de financiamento internacional. Essa reunião ficou conhecida como Consenso de Washington, onde o plano de ajuste se dividiu em três fases: A estabilização macroeconômica, com a estabilização do superávit fiscal e a reestruturação do sistema previdenciário; as reformas estruturais, através da liberalização financeira, desregulamentação e privatizações; e a retomada dos investimentos e do crescimento econômico (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

utilizado “como instrumento formador de uma racionalidade política, cultural e ética da ordem burguesa” (MOTA, 2015, p.80).

[...] o Consenso de Washington deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise dos anos 80, especialmente no que diz respeito as reformas a serem implementadas pelos países periféricos, devedores do capital financeiro internacional (MOTA, 2015, p. 80).

Estes ajustes são frutos das condições feitas pelas instituições financeiras internacionais, a fim de receberem os empréstimos e investimentos produtivos para adentrarem na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Tais medidas buscam conter o déficit fiscal e gerar superávit primário, para honrar com a dívida externa e elevar as taxas de lucro (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

Na verdade os ajustes implementados pelos países centrais ocorreu as custas dos países periféricos, uma vez que o movimento de internacionalização do capital adotaram modelos de desenvolvimento com base no endividamento externo. Tal opção contribuiu ainda mais para o aumento da desigualdade entre os países centrais e periféricos. “O que observamos é a transformação desses países em pobres provedores de capital para os centros hegemônicos, sob a forma de pagamento da dívida externa, com o ônus do empobrecimento e da miséria da população” (MOTA, 2015, p.69).

O Brasil também sofreu esses impactos em suas políticas desde o final dos anos 80. No entanto, foi através do plano de estabilização econômica conhecido como Plano Real, que essas políticas começaram a ser implementadas por Fernando Henrique Cardoso. De modo geral, as políticas neoliberais impactam diretamente as conquistas e direitos sociais adquiridos no Estado de bem-estar social. No entanto, visto que o Brasil faz parte dos países periféricos, onde esse Estado de bem-estar nem se efetivou, além da precarização das políticas públicas interfere-se também nas legislações trabalhista buscando a desregulamentação do mercado de trabalho (DRUCK, 1996).

As iniciativas de flexibilização impõe um nova tendência: trabalhadores especializados em número cada vez menor, estes tem suas posições permanentes, segurança, direito a promoção, entre outras vantagens. Por outro lado, temos os trabalhadores subcontratados e temporários, que não possuem o mínimo de segurança no emprego, nem muito menos acesso aos benefícios da seguridade social. Estes trabalhadores podem ser substituídos a qualquer momento devido à grande oferta do mercado de trabalho, além disso, devido à falta da organização sindical, não possuem poder de barganha sendo obrigados a aceitar o que tiver. É desta forma que esse novo

modelo de acumulação vem afetando o trabalho organizado, “esse modelo implica níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida qualificação e desqualificação dos trabalhadores, ganhos modestos de salários reais e enfraquecimento do poder sindical” (MOTA, 2015, p. 75).

Todo esse contexto evidencia o modo pelo qual o capital opera para restabelecer um novo equilíbrio. Ele propõe mudanças econômicas, sem perder a sua hegemonia. “Daí, a necessidade de formar uma cultura política da crise, como condição para empreender mudanças consentidas, que adquiram o estatuto de iniciativas positivas no enfrentamento da crise econômica” (MOTA, 2015, p.70).

Isto reflete a essência política e ideológica do neoliberalismo, que busca através da valorização do mercado alterar toda a relação e convívio social, incentivando a disputa e individualismo e desvalorizando tudo que é público a fim de conquistarem seus objetivos. É assim que, “defende-se a inexorabilidade e a inevitabilidade dessa ordem social, política e econômica como a única possível e até mesmo como a ‘final da história’ ”(DRUCK, 1996, p.30).

De forma geral, por mais que se tenha importantes atuações e conquistas na defesa do SUS constitucional, quase 30 anos após a Constituição de 1988 e da regulamentação da saúde, por meio das leis 8.080/90 e 8.142/90, essas análises entendem que o neoliberalismo sempre impediu que o SUS estivesse próximo de sua efetivação. Embora se identifiquem as fragilidades do mercado na prestação dos serviços de saúde, as estratégias nacionais, pautadas em organismos internacionais, tem sido de criação de bases institucionais e legais para expansão de cadeias lucrativas e concentração do capital, transformando o direito à saúde na compra de um bem disputado no mercado de consumo pelos diversificados planos de saúde e/ou pelo pagamento direto pelo serviço, por meio de atendimentos particulares. Assim, a ofensiva neoliberal na política de saúde brasileira se reveste ideologicamente de um discurso do “SUS possível”, mediante a centralidade na saúde da moeda (MORAES, 2016).

Além dos processos de desfinanciamento por parte do Estado e terceirização da proteção social (Teixeira, 2013), as artimanhas que têm garantido a continuidade da contrarreforma do Estado no setor saúde têm avançado no uso da força, violência e repressão policial no trato de movimentos sociais e na defesa da aprovação de suas medidas legais no Congresso Nacional. Medidas que, além de mercantilizar a saúde, segundo Matos (2014), tem-na reduzido à dimensão biológica, seja pelos governos ou pela própria mídia.

Para Bravo e Menezes (2013), os aspectos inovadores, caracterizadores da política de saúde nos anos 2000, estão relacionados à escolha de profissionais comprometidos com a Reforma Sanitária para ocupar o Ministério da Saúde, alterações na própria estrutura do Ministério, convocação extraordinária da XII Conferência Nacional de Saúde para 2003 e a escolha de representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para assumir a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde (MORAES, 2016).

Muitos desses profissionais, ao serem inseridos em órgãos do governo, passaram a compreender a Reforma Sanitária como uma “utopia democrática”, o que nos faz questionar o grau de cooptação e as relações políticas existentes no interior do governo, muitas vezes caracterizadas pela corrupção, clientelismo, encontros de bastidores e “dívidas” de políticos eleitos com empresários da saúde que financiam suas campanhas eleitorais (MORAES, 2016).

Durante o governo Dilma, ressalta-se como movimento de resistência a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, que já realizou diversas atividades importantes no campo jurídico, no âmbito do Parlamento, no conjunto da sociedade, nos espaços de controle social, no âmbito da formação, nos meios de comunicação.

Segundo Bravo e Menezes (2013), a Frente elaborou uma agenda com cinco eixos estruturantes: 1. Determinação social do processo saúde/doença: saúde no contexto mais amplo das desigualdades sociais; 2. Gestão e financiamento da rede pública estatal e de serviços de saúde; 3. Modelo assistencial que garanta o acesso universal com serviços de qualidade, priorizando a atenção básica com retaguarda na média e alta complexidade; 4. Política de valorização do trabalhador da saúde; 5. Efetivação do controle social.

Também teve-se, ao longo dos anos 1990 e 2000, a realização de Conferências e Seminários Nacionais de Saúde e a atuação da ABRASCO na produção de documentos importantes para renovação e atualização dos compromissos da Reforma Sanitária na defesa da universalização e equidade, além de outras entidades de defesa da saúde universal, tais como: Cebes, Abres, Rede Unida, Ampasa, Conselho Nacional de Saúde e a Frente parlamentar da saúde (MORAES, 2016).

Muitos dos aspectos analisados, que compõem o setor saúde nos anos 2000, têm impactado negativamente a vida dos usuários dos serviços de saúde, que, além de experimentarem situações traumáticas de adoecimento e morte de familiares e pessoas próximas, vivenciam situações de precarização, desumanização e burocratização das ações em saúde. Por outro lado, os trabalhadores da saúde, muitas vezes com vínculos precários de trabalho, ao prestar os serviços de saúde diretamente à população, têm sido

responsabilizados exclusivamente por uma política social pública pautada historicamente na restrição e redução de recursos públicos, nas barganhas políticas entre os setores público e privado, no clientelismo e oportunismo político e na possibilidade da morte como condição vital para sustentabilidade dos empresários da saúde e para o desenvolvimento nacional (MORAES, 2016).

Prestar assistência de qualidade na prevenção de doenças e promoção da saúde da população configura-se mais que desafio nos tempos atuais. Em tempos de mercadorização da saúde e de uma política ainda centrada no modelo biomédico-hegemônico, é fundamental a criação de estratégias de ação que defendam os princípios da Reforma Sanitária, por meio da construção de movimentos de resistência no interior dos serviços de saúde. No entanto, a construção desses movimentos impõe a necessidade de competência teórico-crítico-política para leitura da realidade (MORAES, 2016).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com Bravo (2018), atualmente, discutir a saúde – entendida como determinada pelas condições de vida e trabalho, direito de todos e dever do Estado - como uma pauta expressiva no cenário político nacional é um desafio que está longe de ser simples ou fácil. Avançar no sentido de propostas convergentes com os princípios do SUS e, mais que isso, da Reforma Sanitária dos anos 1970/80, requer a retomada dos seus princípios e bandeiras, da organização e aglutinação das massas em torno das questões sanitárias, semelhante ao observado a partir do período da redemocratização, sem desconsiderar as singularidades do atual momento histórico. Impõe, ainda, a explicitação dos dissensos presentes no Movimento Sanitário desde aquele período, a análise do que é necessário avançar e a discussão das estratégias, táticas e aliados.

Fica claro que nos dias atuais, faz-se necessário como forma de superação dos avanços neoliberais retomar a capacidade de organização e de luta com vistas à resistência contra as propostas de retirada de direitos na saúde e em outras políticas sociais, no sentido de impedir a flexibilização e/ou desmonte do marco legal constitucional e das legislações complementares que se seguiram. A inscrição de um texto constitucional, como o de 1988, não significa a perpetuação ou materialização imediata deste direito na realidade, pois o acesso dos usuários das políticas sociais é determinado tanto pela legislação vigente quanto por processos sociais inscritos na realidade contraditória e submetidos à correlação de forças entre as classes. Esse reconhecimento, contudo, não invalida nem tampouco diminui o valor das conquistas anteriores. As vitórias registradas nos processos em curso nos anos 1980, longe de encerrar as lutas, as realimentam, tanto pela necessária mobilização em prol da materialização real dos direitos assegurados constitucionalmente quanto pela constante

organização e luta frente às propostas que retiram direitos, na perspectiva do fortalecimento da resistência conjunta dos trabalhadores e da ultrapassagem do corporativismo e fragmentação das reivindicações e pautas políticas (BRAVO, 2018).

A partir de um olhar crítico podemos captar a capacidade que o capitalismo tem de se reinventar, no entanto, sem mudar o que nasceu inerente a sua própria essência: a exploração máxima ao trabalhador como forma de obter lucro. É assim, que o capitalismo tem destruído a vida da classe trabalhadora retirando todas as conquistas sociais adquiridas, através da implantação de uma cultura de crise, onde todos devem aceitar as mudanças necessárias ao grande capital em nome de um futuro melhor para todos.

As análises também demonstram que longe de uma solução, as medidas e ajustes implementados pelo capital tem levado o próprio capitalismo rumo ao colapso, uma vez que tem sido cada vez mais difícil conter o seu impacto global, por isso, diferentemente das crises outrora denominadas de cíclicas, vários autores já caracterizam que estamos diante de uma crise estrutural.

## REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. **A política de saúde na atual conjuntura: algumas reflexões sobre os governos Lula e Dilma.** In: Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Organizadoras: Letícia Batista Silva e Adriana Ramos. Campinas/SP: Papel Social, 2013.

FALKEMBACH, Elza M. F. **Diário de campo: um instrumento de reflexão.** Contexto e Educação. Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho / set 1987.p. 19-24.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. **Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação.** Educ. rev., Curitiba , v. 34, n. 71, p. 223-239, Oct. 2018 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602018000500223&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000500223&lng=en&nrm=iso)>. access on 16 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.59428>.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. **A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho.** Psicol. Soc., Porto Alegre , v. 19, n. 1, p. 61-68, Apr. 2007 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000100009>.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital** / István Mészáros; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et al]]. – 2.ed. ver. E ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social.** São Paulo: Cortez, 1995.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 5 v. P. 180- 211.

MORAES, C. A. de S. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde**. 2016. 318f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Crise estrutural do capitalismo e tendências de desenvolvimento da esfera pública**. 2007. Universidade Federal do Maranhão. Programa de pós-graduação em políticas públicas. III Jornada Internacional de políticas públicas questão social e desenvolvimento no século XXI. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. **Taylorismo, Fordismo e toyotismo**. *Lutas Sociais*, [S.l.], v. 19, n. 35, p.65-79, dez. 2015. ISSN 2526-3706. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/26678>>. Acesso em: 17 maio 2019.

Ridente, M. (2010). **Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil**. *Revista USP*, (84), 50-57. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i84p50-57>>. Acesso em: 17 maio 2019.

TEIXEIRA, M. J. de O. **A Fundação Estatal de Direito Privado na saúde: um modelo de gestão democrático?** In: Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. Organização: Maria Inês Souza Bravo e Juliana Souza Bravo Menezes. 2ª Ed., São Paulo, Cortez, 2013.